



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638423 - SP (2021/0000758-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : PETERSON RICARDO SAMPAIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : PETERSON RICARDO SAMPAIO DE OLIVEIRA - SP322874
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JESSICA LAINE DE FREITAS MARTINS
CORRÉU : BRUNO LOURENCINI PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JESSICA LAINE DE FREITAS MARTINS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0000065-69.2017.8.26.0593).

A paciente foi condenada como incurso no § 4º do artigo 33 da Lei de Drogas às penas de 2 anos e 6 meses de reclusão e de 250 dias-multa. Foi-lhe garantido o direito de recorrer em liberdade provisória.

O impetrante sustenta que a paciente foi condenada pelo crime de tráfico privilegiado, contudo foi fixado o regime inicial fechado para cumprimento da segregação e afastada a conversão da pena em medidas restritivas de direito.

Aduz que “a Autoridade Coatora fundamentou suas decisões com base na Lei de Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/1990), a qual se aplica apenas para o tráfico ilícito de entorpecentes e não para o tráfico de drogas privilegiado” (fl. 7).

Ressalta ainda que, “considerando que a Paciente foi presa provisoriamente em 10 de março de 2017 e que foi colocada em liberdade provisória em 8 de março de 2018, e que para fins de progressão deve-se levar em consideração o cumprimento de 6 (seis) meses da pena, é certo que ela deve ser mantida em liberdade, a fim de que possa aguardar o resultado dos recursos que serão interpostos oportunamente” (fl. 7).

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que a paciente seja mantida em liberdade, com a alteração do regime fechado de cumprimento da pena para o regime aberto, ou a substituição da pena corporal por restritiva de direitos. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois a paciente responde em liberdade.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente